

António Sérgio e as causas da decadência: o parasitismo ibérico visto dos dois lados do Atlântico *circa* 1910

*António Sérgio and the Causes of Decadence: Iberian
Parasitism Seen from Both Sides of the Atlantic Circa 1910*

João Príncipe *

RESUMO

O intelectual português António Sérgio (1883-1969) destacou-se pela sua interpretação cosmopolita da história de Portugal, se contrapondo às tentativas de instrumentalização nacionalista da história, em particular daquelas que viam na Expansão uma ação coletiva virtuosa. O presente artigo analisa o início desse seu trabalho interpretativo revisitando a polémica com Jaime Cortesão (circa 1910), para mostrar como o próprio percurso cosmopolita de Sérgio favoreceu a incorporação de inspirações críticas de autores de outras nacionalidades, sobretudo intelectuais brasileiros seus contemporâneos, os quais se opunham ao determinismo rático, misturando, como ele, as preocupações pedagógicas com as da compreensão histórica, assim como acreditando que os males nacionais, em boa parte comuns por comum ser a história, se resolveriam pela educação. Essas preo-

ABSTRACT

The Portuguese intellectual António Sérgio (1883-1969) stood out for his cosmopolitan interpretation of Portuguese history, opposing attempts to instrumentalize history in a nationalist way, particularly those who saw Expansion as a virtuous collective action. This article analyzes the beginning of his interpretative work by revisiting the polemic with Jaime Cortesão (circa 1910), to show how Sérgio's cosmopolitan path favored the incorporation of critical inspirations from authors of other nationalities, especially his contemporary Brazilian intellectuals, who opposed racial determinism, mixing, like him, pedagogical concerns with those of historical understanding, as well as believing that national ills, largely common because history is common, could be solved through education. These concerns were part of an organicist mind-

* Universidade de Évora (UE) e IHC-IN2PAST, Évora, Portugal. jpps@uevora.pt <orcid.org/0000-0003-0235-9079>

cupações inscreviam-se num pensamento de matriz organicista, tingida de ideais liberais e socialistas, cuja dimensão sociológica relevamos.

Palavras-chave: Decadência ibérica; António Sérgio; Jaime Cortesão; Sílvio Romero; João Ribeiro; Manoel Bomfim.

set, tinged with liberal and socialist ideals, the sociological dimension of which we have highlighted.

Keywords: Iberian decadence; António Sérgio; Jaime Cortesão; Sílvio Romero; João Ribeiro; Manoel Bomfim.

INTRODUÇÃO

António Sérgio (1883-1969) é, a partir de 1912, uma das figuras do movimento cívico-cultural da Renascença Portuguesa, em cuja sede, no Porto, pontifica o poeta e filósofo da saudade Teixeira de Pascoaes. O movimento opõe-se à hegemonia mental do positivismo entre as elites portuguesas republicanas, traduzindo um contexto de pensamento ibérico no qual se destacavam Antero, Oliveira Martins, Pelayo, Unamuno e Ganivet. Visa-se criar uma nova e ativa República das Letras, cabendo aos intelectuais associados assumir o seu papel interventivo (cf. Macedo, 1983, p. 474; Matos, 2017, pp. 4, 5). Dadas as ancestrais relações com o Brasil, o movimento é apresentado no Rio de Janeiro em julho de 1913, com uma palestra dada por Sérgio (Sérgio, 2008, pp. 13-53).

Teixeira de Pascoaes, em nome do movimento, dirá, em 1912, que o seu fim “é trabalhar para o renascimento do espírito da nossa raça [...] fazer reviver no povo português a alma portuguesa [...] tirar das fontes originárias da vida uma nova vida”; para ele “a decadência que sucedeu ao período épico ou camoniano (anterior a Camões) apagou, por assim dizer, o espírito português, preparou a invasão do estrangeirismo desnacionalizador que revestiu vários aspectos: religioso (Inquisição no tempo de D. João III e o Jesuitismo); literário e político (Constitucionalismo e livros franceses)” (Pascoaes, 1912, p. 7). Pascoaes esboça um pensamento filosófico espiritualista que convoca explicitamente o Creacionismo do bergsoniano Leonardo Coimbra. Ele explica a decadência de modo peculiar, retomando a ideia de Herculano e de Antero de que a Igreja portuguesa com Trento perdeu a sua autonomia, devendo-se voltar à ideia de uma Igreja lusitana (o que é compatível com o anti-clericalismo republicano), mas obliterando a censura ao centralismo absolutista e denunciando os vícios do constitucionalismo e lançando as culpas num estrangeiramento patente nas leituras dos bacharéis da Universidade de Coimbra. A sua proposta de uma filosofia da saudade como capaz de gerar (a) nova mentali-

dade levará a uma polêmica com Sérgio, que assumirá uma perspectiva racionalista e cosmopolita, nas páginas de *A Águia*; esta inicia-se com o texto, de título pauliniano, “Epístola aos saudosistas”, de outubro de 1913, e prolongar-se-á até julho de 1914.

Do ponto de vista da evolução do pensamento histórico de Sérgio é bem mais importante a polêmica com Jaime Cortesão (1884-1960), em textos publicados na segunda revista da Renascença Portuguesa, *A Vida Portuguesa*. Aí Sérgio retoma o tópico do nosso atraso ou decadência. Sérgio atribui a Cortesão um ideal historista inútil para o presente. Para Sérgio, o historismo de Cortesão tem íntima conexão com o saudosismo de Pascoaes, entrevedo graves perigos no culto de ambas as atitudes:

No domínio social, o Saudosismo é o Historismo lírico: a saudade dos “bons tempos” em que se era “uma nuvem de gafanhotos” [praga bíblica]. [...] Se o Historismo em toda a parte é a morte a entorpecer a vida, para as nações ibéricas constitue [...] uma monstruosa aberração, porque o nosso viver histórico foi uma contradição monstruosa a todas as condições normais de vida e a todo o espírito da civilização moderna. Em qualquer espécie animal, parasitismo significa degenerescência e abjeção, do indivíduo e da comunidade (Sérgio, 1913b, p. 127).

Sérgio retoma argumentos de pensadores ibéricos progressistas, afirmando uma ética de trabalho afim da ética protestante, e um dedutivismo apriorístico que postula que causas profundas, responsáveis pelo atraso ou pela decadência presentes, agem com continuidade ao longo de grandes períodos da nossa história; causas que correspondem não a uma essência (raça, alma), mas a hábitos persistentes que ou se realimentam a si próprios para além do período em que foram úteis – caso do espírito guerreiro implantado com a Reconquista –, ou a hábitos que foram devidos a causas externas – caso do isolamento ou da mania da purificação que se liga à Contra Reforma e à Inquisição, hábito que prolonga o espírito guerreiro no que tem de parasitismo sobre outras populações ou grupos humanos, paradigmaticamente exemplificado por mouros e judeus, identificados por Sérgio como os grupos sociais especializados na produção e na geração de riqueza.

Mostrar-se-á como nesta polêmica, com a qual Sérgio inicia a sua interpretação da história de Portugal, ele lê a decadência portuguesa inspirando-se numa perspectiva sociológica e na leitura de autores brasileiros. Entre janeiro de 1913 e janeiro de 1914, o autor vive no Rio de Janeiro, aí colaborando com várias editoras (Sérgio, 1987, pp. 46-106), aproveitando a oportunidade para ler e co-

nhecer historiadores e intelectuais brasileiros, como Sílvio Romero, Oliveira Viana, João Ribeiro e Manoel Bomfim, que naturalmente se interessavam pelo tópico das consequências da nossa Expansão.

UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA E TRABALHISTA

O seu criticismo, prolongando o da geração de 1870, orienta-se na direção kantiana do ideal de Homem Universal, contrariando o ideal identitário e essencialista de uma Raça lusitana pervertida pelo estrangeiramento. Para ele, somos membros da Humanidade, de uma mesma espécie biológica em que o social é o fator decisivo e aperfeiçoável, o que reúne um grupo humano em torno de um ideal de pátria:

Não são essas quiméricas, incognoscíveis dosagens de sangues, que formam uma pátria, mas sim os vínculos morais, a mesma vontade e a mesma língua, o mesmo sentimento e a mesma ideia sobre a existência nacional. Dolicocéfalos ou braquicéfalos, loiros ou castanhos, são genuínos portugueses [...] todos os súbditos de el-rei Camões (Sérgio, 1913b, p. 127).

Sérgio faz a apologia do indivíduo autônomo e com iniciativa que com o seu trabalho produtivo gera a riqueza que reverte a favor da comunidade, com quem coopera criativamente por uma natural predisposição para a simpatia para com os seus semelhantes, usando o talento da sua desigualdade individual para promover a igualdade, a dignidade de todos, de acordo com Adam Smith e Alexandre Herculano.

Sérgio problematiza o recurso ao passado e às tradições para circunscrever uma Raça e um destino. Os filólogos e estudiosos do folclore, ao estudar, de modo científico, o povo, suas lendas e as tradições, encontram, diz Sérgio, “temas universais [...] no mais íntimo do nacional veem aparecer a cultura humana”. Cortesão, ao reclamar a renovação dos estudos históricos, defenderia um modelo passadista do puro gênio tradicional, classificado de “Historismo, Defuntismo”. Entrevendo a “ideologia da saudade” por detrás desses propósitos, Sérgio denuncia essa instrumentalização da história, opondo-lhe um ideal do *métier* do historiador, caracterizado pela “disciplina mental”, “educadora das faculdades críticas”, sem que tenha ou deva ser “excitador do progresso ou inspirador da política”; afirma: “na escola é a história uma disciplina científica, – e quando ensinada a valer, uma sublime desvanecedora de preconceitos e paixões tolas” (Sérgio, 1912, pp. 28, 29). Mas logo de seguida, e algo parado-

xalmente, propõe para ela outras funções mais pragmáticas: “a história é um soberbo clarim – a história-sermão, a história-pretexto, – para chamar à independência uma nação sujeita, ou à unidade uma nação dispersa. Mas a vitalidade é outra coisa” (Sérgio, 1912, p. 29). Sérgio sabia que historiadores germânicos, no período da unificação alemã, haviam feito a apologia do Estado, o que mostrava o uso instrumental e eficiente da história. No nosso caso, e em oposição a Cortesão, dirá: “Mas vá ainda que lhe peçam conselhos imediatos de utilidade prática: ao contrário da apologia que preconizam, sirva então para tirar a claro quais os erros do passado”. E Sérgio, inspirado por Herculano e Martins, explicará o núcleo desses erros:

Não temos a tradição e a disciplina do trabalho [...] os veneráveis ossos dos avós, por condições históricas [...] foram dispensados de trabalhar [...]. O Fenício, o Italiano da Idade-Média, o Inglês moderno, navegaram e espalharam pelo mundo os objectos da própria indústria; nós fomos também navegadores, não para bem da nossa indústria, que a não tínhamos, mas da do Italiano e do Flamengo. [...] Enquanto nos Conventos, e no Estado mamava a turba dos Mendigos, os Aventureiros e a Galinha [as Índias] sustinham o Estado e o Convento. Madama Inquisição, entretanto purificava, unificava, lusitanizava os lusitanos (Sérgio, 1912, p. 29).

Este diagnóstico sintético da razão da nossa decadência ou atraso estará no centro de toda a filosofia sergiana da história de Portugal, que culminará na ideia das “Duas políticas nacionais” (1925) e na sua pedagogia de trabalho (inspirada de Herculano, Proudhon, e na Escola Nova).

Sérgio nota como o Isolamento (mental) justifica o atraso técnico-científico e no campo da Alta Cultura – “isolamento criado há séculos por específicas condições inquisitoriais e económicas, e quase absoluto na esfera do trabalho, das técnicas, das ciências”. No entanto, Portugal esteve sempre, política e economicamente, no seio de uma “complexa malha de relações internacionais. Por isso conclui que, contra a história política que nos ensinaram nas escolas”, a qual nos vê de modo isolado, impedindo-nos de buscar a “causação externa” e as “molas íntimas sociais”, a verdade é que “a história da Europa ocidental forma um todo indecomponível” (Sérgio, 1912, p. 30).

A FORMAÇÃO DO BRASIL DE UM PONTO DE VISTA LIBERAL E HUMANISTA: SÍLVIO ROMERO E JOÃO RIBEIRO

No artigo “Carta a José Fagundes”, Sérgio fala de Sílvio Romero (1851-1914), que se destacou pelos seus estudos sobre história da literatura brasileira, e que escreveu sobre Portugal e sobre a formação de uma identidade brasileira. Romero conhecia Sérgio pelas suas *Rimas* de 1908 (cf. Sérgio, 1983, p. 900; Sousa, 2017, p. 319). Sílvio Romero, nasceu em Lagarto, província de Sergipe, sendo filho do português André Ramos Romero. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. A constelação de autores que dominou a sua formação, no que toca ao pensamento histórico, foi em boa parte a mesma de Oliveira Martins, Antero e Teófilo, autores, todos eles, marcados pela filosofia evolucionista de Spencer e Haeckel, etc., por Buckle, Taine e Renan, pela ideia de mesologia, pelas explicações em que se acentua o papel do meio, da raça, das tradições populares¹. O seu ideário é próximo daquele do individualismo liberal, privilegiando as ideias “eurocêtricas” de liberdade e progresso, tendo-se tornando muito crítico do exclusivismo com que Teófilo Braga acentua o fator racial, tal como se constata na sua obra de 1880, *A literatura brasileira e a crítica moderna*, favorecendo um “possibilismo”, para o qual as ideias, e portanto a cultura de um povo, são modificadas pelo meio, mas também por sua vez o modificam – a valorização da perspectiva sociológica opõe-se e corrige o determinismo naturalista (cf. Candido, 1988 [1945], pp. 51, 52; Conceição, 2000, p. 3). Romero faz a apologia do espírito crítico, entendendo-o, hegelianamente, como “o fermento trazido em si mesmo por toda a ideia e que se eleva ante ela como negação, sempre que ela perde a sua funcionalidade. No processo evolutivo, o espírito crítico é o que, tomando conhecimento dos limites de um pensamento, revela as suas incoerências e propugna o pensamento novo, que lhe sucederá” (Candido, 1988 [1945], p. 56).

Sílvio Romero vai-se tornando cada vez mais crítico do funcionamento da República Brasileira. Nessa sua reflexão finissecular, inspira-se pelo modelo explicativo do grupo de *La Science Sociale* (dissidente no seio da escola sociológica de Frédéric Le Play), o mesmo a que pertence Léon Poincard, que vem estudar Portugal a pedido do rei D. Manuel, daí resultando a obra *Le Portugal Inconnu*, de 1910 (cf. Príncipe, 2012, pp. 36-46). Sérgio dá sinal dessa aproximação teórica e daquele descontentamento ao citar longas passagens de “O Brasil na primeira década do século XX”, ensaio incluído no volume, de co-autoria com Arthur Guimarães, *Estudos sociais* (1911). Diz Sérgio, a propósito

da sua leitura: “Há muito de comum nas misérias dos dois povos, no que respeita às causas profundas”. Romero fala de “sintomas e efeitos de uma causa superior” a qual se relaciona com o “desconhecimento da índole exacta de nosso povo”, o qual conduz à “teima de julgar política, e sanável por meios políticos uma questão orgânica, étnica, de psicologia popular, uma questão [...] essencialmente de estrutura social do povo” (cf. Romero apud Sérgio, 1913a, p. 91). Ora Sérgio, retomando a distinção particularista/comunário da escola de Le Play, dirá a nosso respeito que “o micróbio está em nós, no nosso carácter de comunário de Estado [expressão idêntica à usada várias vezes por Oliveira Martins] vivendo acostado ao grupo, pedindo-lhe tudo, sem largo espírito de iniciativa, sem a sã capacidade de autonomia da vontade [...] há povos particularistas, em que tudo se enraíza na capacidade e na iniciativa individual, e há povos comunários, onde cada um procura resolver os seus problemas apoiando-se na colectividade, no grupo, – família, tribo, clan, ou Estado” (Sérgio, 1913a, p. 92).

Um outro historiador brasileiro a que Sérgio recorreu no seu diálogo com Jaime Cortesão foi João Ribeiro (1860-1934). Sérgio (re)encontrou-o durante a sua estadia em Genebra (1914-1916), para onde foi estudar no Institut Jean-Jacques Rousseau (cf. Mendes, 1996, p. 276). Ribeiro nasceu na cidade de Laranjeiras, província do Sergipe, vindo a ser um destacado publicista, frequentador dos círculos cariocas republicanos e abolicionistas, sendo amigo e colaborador de Sílvio Romero em vários jornais, durante as décadas de 1880 e 1890. Como bolsista, estudou na Alemanha o tópico da história no ensino, foi professor no liceu D. Pedro II do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras. No ano do quinto centenário publicou a sua *História do Brasil: curso superior* (1900), da qual veio a fazer diversas versões destinadas a diferentes graus de ensino.

Ribeiro, na sua concepção da história, reflete as discussões epistemológicas havidas na Alemanha em torno da ideia de uma história cultural (*Kulturgeschichte*), valorizando a interpretação ao distinguir o historiador do “investigador de fontes”. No seu compêndio introduz uma inovação metodológica, ao colocar em tipo menor as secções de carácter mais interpretativo e de crítica, para as diferenciar das mais “factuais” e narrativas. Sérgio usará a mesma estratégia gráfica na sua *História de Portugal* de 1929.

Em várias ocasiões, Ribeiro refletiu sobre o papel que cabe às preocupações e aos interesses do presente na escrita da história. Por exemplo, ele notou como a apologia que Mommsen fez de César se liga ao imperialismo do seu tempo; ou, no seu discurso de posse no IHGB (1915), afirmou como em his-

tória “a imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da actualidade [...] com esta filosofia, ou antes, com este pragmatismo, é que tenho meditado sobre a nossa história” (Ribeiro, 1916 apud Hansen, 2012, p. 199). O arcabouço teórico que Ribeiro foi constituindo permitiu-lhe romper com a diacronia, articulando a ideia de “formação” (do Brasil) e buscando o “típico” e o “constante” nos processos históricos, duas noções oriundas da história cultural alemã, em acordo com a ideia de Burckhardt de que “as realidades que buscamos, são maneiras de pensar, que também são, a seu modo factos”, realidades bem mais relevantes que aqueles fatos, de tipo particular e individual, característicos da história política (Burckhardt, 1953 apud Hansen, 2012, p. 202).

Ribeiro confrontou-se com a dominação do questionamento sobre a identidade nacional por um paradigma racista (recorde-se o médico Nina Rodrigues, que defende um racismo científico, cuja base suposta é o evolucionismo biológico), estando na ordem do dia a degenerescência associada à mestiçagem ou a necessidade de branqueamento da raça, e uma das suas novidades é o de abrir brechas nesse paradigma (cf. Barchi, 2019, p. 137). Ribeiro aceita como existentes as diferenças e a hierarquia racionais, mas afirma que o caráter dos povos/etnias é resultado de um lento processo educativo e que, por isso, a ascensão à civilização é uma demarcação real, mas não de essência:

Não podemos pensar que o homem de cor, consequência semi-híbrida do contacto heterogêneo de raças tão distanciadas [...] seja a peste da cultura americana como sentenciaram alguns sociólogos. [...] As raças miscigenadas [...] embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo [...] falta-lhes o sentimento que aquelas ideias pressupõem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano (Ribeiro, 1914, pp. 390-391).

Ribeiro, herdeiro de Herculano e de Martins, emite juízos morais e fá-los de acordo com “uma espécie de ética protestante, calcada na primazia do trabalho e da família” (Barchi, 2019, p. 139), que valoriza os ideais iluministas da emancipação e da autonomia das pessoas, e de acordo com uma concepção liberal da economia política (Adam Smith), valorizadora do trabalho, da liberdade de iniciativa e de troca, dando atenção ao contexto econômico internacional, no qual a Expansão inaugura uma economia de trocas desiguais a uma escala global nunca antes vista, em que as pressões externas são fator decisivo. Índios e africanos que participam na formação da nacionalidade estavam dis-

tantes da “civilização”, mas eram providos de “humanidade”, e por isso Ribeiro censura a escravatura, que perverte os senhores duplamente, pela desumanidade do trato que infligem e pela ociosidade e vício a que se condenam. A crítica à colonização não se faz a partir de simples esquematismos ou essencialismos étnicos – os portugueses não estavam na raiz do problema do mau funcionamento da sociedade brasileira enquanto grupo étnico, mas sim “pela cultura prática que aqui instalaram” (Barchi, 2019, p. 139).

Sérgio cita a *História do Brasil* de Ribeiro no seu último texto da discussão com Jaime Cortesão (Sérgio, 1913c, p. 156), para argumentar que a diferença entre a expansão ibérica e a holandesa e a inglesa consiste no fato de que estas últimas souberam associar a “Conquista” à sua “indústria produtora”. Ao citá-lo, no contexto da sua tese de que uma das duas causas da nossa decadência foi o parasitismo, Sérgio estava implicitamente a remeter para a censura de Ribeiro ao colonialismo português no Brasil. Em bom acordo com os arbitristas espanhóis, que cedo denunciaram as contradições econômicas da Expansão, e com Herculano, Martins e Antero, ele nota como os malefícios da nossa expansão se sentiram desde a chegada à Índia (oriental): “Os serviços de guerra traziam o tesouro acabrunhado de privilégios, tenças e mercês vitalícias e ao mesmo tempo, ceifando a nobreza e os homens válidos, despovoavam os campos. Dissipavam-se assim todas as energias da raça portuguesa transformada em prole parasitária. O ouro que vinha passava para Veneza e Flandres, onde estavam as indústrias” (Ribeiro, 1914, p. 100).

O Brasil foi povoado por degredados, os quais não eram bons exemplos de moralidade, e as condições de exploração ainda mais favoreciam os “maus instintos”. Um juízo moral inicia a secção “As três raças. A sociedade”, em que se afirma: “Logo cedo no Brasil [...] a obra da civilização foi deturpada pelo conflito das raças [...] fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. [...] O contacto das raças inferiores com as que são mais cultas quasi sempre desmoraliza e deprava a umas e outras [...] Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem” (Ribeiro, 1914, p. 111). Se Ribeiro hierarquiza as raças, algo comum no quadro biologista *à la* Haeckel que se aceitava dos dois lados do Atlântico, ele toma a posição humanista ao afirmar a dignidade das pessoas de todas as três raças. O Brasil é local de mestiçagem geradora da identidade nacional, e Ribeiro vai enaltecer o papel dos negros: “O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento criador do país e quasi o único. Sem ele, a colonização seria impossível, ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alevantavam, em grande parte e a princípio, os primeiros colonos” (Ribeiro, 1914, pp. 115, 116).

Depois de elogiar o papel dos jesuítas, mais cultos e justos, Ribeiro mostra como o monopólio português é desafiado por franceses e holandeses, que lutam pelo comércio livre – na Parte III, “Luta pelo comércio livre contra o monopólio (franceses e holandeses)”, é clara a perspectiva liberal, defensora da livre troca como fator da riqueza das nações. A fraqueza lusa na guerra com a Holanda (Ribeiro, 1914, pp. 184, 185) é ainda mais óbvia no tratado de Methuen com Inglaterra, escrevendo Ribeiro uma passagem citada por Sérgio, em que se explica porque os ingleses preferiram não invadir o Brasil: “A nova colônia que a diplomacia inglesa alcançara, poupava ao menos o dispêndio, a vária fortuna, as lutas do patriotismo ofendido e a publicidade da guerra” (Ribeiro, 1914, p. 271; cf. Sérgio, 1913c, p. 156). Tal está em sintonia com a tese dependentista de Oliveira Martins – Portugal pós-restauração depende da coroa britânica, que nos explora avidamente, explorando, nós, o Brasil. Mas tal leitura não nos isenta de culpas, e é esse aspecto que Sérgio denuncia, insistindo na falta de atividade produtiva, que resulta de hábitos históricos persistentes.

O PARASITISMO À LUZ DA SOCIOLOGIA: MASSART E VANDERVELDE E MANOEL BOMFIM

No terceiro artigo, o “Golpes de malho”, Sérgio irá discorrer, após uma análise do Isolamento, sobre o que considera a mais duradoura das duas causas da nossa decadência: o “parasitismo”, noção econômico-social que é convocada no quadro do organicismo social de pensadores que no virar do século contribuíram para a emergência da Sociologia como disciplina autônoma. Nesta linha-gem, destacam-se as obras *Parasitisme organique et parasitisme social* (1893), de Massart e Vandervelde, *Évolution régressive en biologie et sociologie* (1897), de Demoor, Massart e Vandervelde, *Organisme et société* (1896), de Worms, *La lutte entre les sociétés humaines* (1893) e *Conscience et volontés sociales* (1896), de Novikow. Sérgio citará a primeira destas obras, tendo a ela acedido, muito plausivelmente, por via da leitura de Manoel Bomfim. O substantivo “parasita” apelava então para uma analogia ou metáfora biológica. Mas aqui, a analogia foi usada para combater o racismo científico, o qual inspirava o pensamento social de muitos autores republicanos dos dois lados do Atlântico. Sérgio foi crítico do determinismo cientista desde as suas *Notas sobre Antero* de 1909, em que se insurgiu contra a análise do médico Sousa Martins sobre Antero.

Sérgio relê o que Antero e Oliveira Martins escreveram sobre a decadência. Das três causas apontadas por Antero, ele julga que a terceira, “a Conquis-

ta”, é a fundamental, “porque o predomínio das tendências guerreiras foi desde o princípio [a Reconquista], a condição de existência das nações peninsulares” (Sérgio, 1913b, pp. 121-122). Por sua vez, Martins “pelos seus arrastres sentimentais do seu patriotismo ibérico”, incorreu numa “atitude apologética para com as nações ibéricas, em prejuízo das protestantes”, ao afirmar que “o vencedor foi o génio mercantil e não o génio religioso das nações protestantes”. Sérgio, com João Ribeiro, prossegue: “Seria mais exacto dizer: o génio industrial das nações protestantes” (Sérgio, 1913b, pp. 122, 123). A Reforma é entendida por Sérgio como o esforço da burguesia industrial dos povos europeus do Norte (onde ela estava mais desenvolvida) de se libertar do jugo parasitário da Igreja católica (Sérgio, 1913b, p. 123).

É partindo de uma ética de trabalho que Sérgio discorrerá sobre o nosso “parasitismo”, recorrendo à compreensão funcional e evolutiva do parasitismo orgânico para compreender o parasitismo social, de que uma das variantes por nós praticadas foi a do parasitismo colonial: “Todo o viver parasitário causa a degenerescência individual e a decadência colectiva. E porque processo? É fácil vê-lo: a função cria, desenvolve, aperfeiçoa o órgão; e um povo que não precisa esforçar-se, pensar, empreender, inventar, produzir, para ganhar a vida, porque saqueia, deixa de exercer essas funções e acaba por as perder totalmente”. Enunciado o princípio explicativo, concretiza as etapas e variedades:

nos séculos XVI, XVII e XVIII [...] as energias da “Raça” [...] podem resumir-se naquelas épocas, gloriosas ou não, por esta única palavra: parasitismo. Depois do parasitismo heróico, da furibunda ladroagem sanguinária sobre a riqueza indiana acumulada por um trabalho precedente, vem o parasitismo manso, barrigudo, brasileiro, da exploração da riqueza a produzir pelo trabalho do negro escravo. Independente o Brasil ficou a sugadeira das colónias e o parasitismo do emprego público: porque depois dos sucessivos cortes o parasitismo foi-se adaptando às novas condições (Sérgio, 1913b, pp. 122, 123).

A nossa decadência é a desenvolução do parasitismo, que nas suas sucessivas formas adaptativas nos conduziu a sucessivos fracassos:

Os Ingleses e Holandeses arrancaram da Índia o [parasita de riqueza acumulada ou] glorioso; a separação do Brasil e os liberais cataram o [parasita de riqueza a produzir ou] brasileiro e o [parasita] eclesiástico; e todo o país se dividiu em duas classes: uma que se viu forçada ao trabalho e deixou de ser parasita; e outra que encheu a classe do parasita de Estado secular, a única restante em grande escala (Sérgio, 1913b, p. 123).

Sérgio está nos antípodas do darwinismo social que reduz o (bom) funcionamento da sociedade à competição do “struggle for life”. Não abandonando o quadro das analogias biológicas, para Sérgio, no movimento profundo da história, tudo se passa como se existisse uma luta entre o instinto parasitário e o instinto laborioso (Veblen falou desse instinto em 1898, no *American Journal of Sociology*). O trabalho produtivo resulta de um instinto ou predisposição humana básica que é essencial para a sua dignidade e progresso, sendo, portanto, as predisposições práticas capazes de conduzir a religiosidade, de acordo com um modelo antropológico pragmatista que Sérgio assume.

Esta causa/hábito persistente na Ibéria será tematizada de novo no artigo subsequente, “O parasitismo peninsular”, no qual Sérgio fará uma ampla apresentação dos argumentos dos arbitristas espanhóis (cf. Sérgio, 1913c, pp. 154-156). Aí responde à crítica feita por Cortesão, que não vê como se pode, em rigor, identificar a Reconquista, do que era originalmente dos cristãos godos, com o parasitismo, nem como se pode entrever uma continuidade absoluta desta prática ao longo de toda a história, reconhecendo-a, bem entendido, como prática dos europeus colonizadores, sejam eles portugueses, holandeses ou ingleses. De fato, Sérgio reconhece um interregno de vida econômica “normal” algures na Idade Média, antes de Ceuta: “Desde o covil das Astúrias que andámos talando na moirama e vivendo do seu saque; e depois de uma época sedentária que normalizou a nossa vida, o Infante D. Henrique e Afonso V continuaram a caça ao perro moiro” (Sérgio, 1913b, pp. 122, 123; cf. Cortesão, 1913, pp. 137, 138).

No artigo “Golpes de Malho”, Sérgio afirma que a ideia da dominância do parasitismo ao longo da nossa história lhe ocorreu na adolescência, ao ler a *História de Portugal*, de Oliveira Martins (Sérgio, 1913b, p. 121). De fato, a expressão “parasitas” é usada uma meia dúzia de vezes, sendo emblemática a passagem referente à ida da corte para o Brasil: “embarcava um préstito fúnebre para o Brasil [...] enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e secias, frades e freiras, monsenhores e castrados” (Martins, 1887 [1879], II, pp. 237, 238). Herculano usara já o adjetivo “parasita”, na sua *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), ao criticar a ociosidade e o luxo no século XVI, numa passagem que Sérgio refere na sua mencionada palestra no Rio (1913): “Qualquer viagem d’el rei era um verdadeiro flagelo para os povos por meio dos quais transitava. A imensa comitiva de parasitas de todas as ordens e classes devorava a substância dos proprietários e lavradores” (Herculano, 1879 [1859], p. 195; cf. Sérgio, 2008, p. 25). Aí surge o seu sentido original (“comer à custa de alguém”) que é o usado

por Proudhon ou Marx. Só na segunda metade do século XIX os dicionários irão começar a dar precedência ao sentido biológico (planta ou animal que se alimenta e cresce com a substância de outro em que vive instalado, cf. Massart; Vandervelde, 1895, p. V; Santos Junior, 2013, pp. 118-123).

Sérgio vai se referir à obra dos belgas Jean Massart e Émile Vandervelde, *Parasitisme organique et parasitisme social* (Paris, 1893). Esta obra foi traduzida para inglês (1895) e para castelhano (1906). Massart (1846-1925) é um ilustre botânico; Vandervelde (1866-1966) é um pensador de origem burguesa, formado em direito e sociologia, que cedo se inclinou para ideias socialistas, ao reconhecer a iniquidade social que a industrialização capitalista acarretou. Vandervelde ensinou sociologia econômica no Institut des Hautes Études de l'Université Nouvelle de Bruxelles a partir de 1894. A ele se deve a declaração de princípios do Partido Operário Belga (fundado em 1893), na qual se nota a influência de Marx, Engels e dos socialistas franceses. São para ele ideias-chave: a luta pela construção de uma sociedade sem classes, na qual o internacionalismo deve criar laços de solidariedade entre todos os oprimidos sem distinção de raça, religião ou gênero, no sentido de se construir uma sociedade nova, numa via que deve conduzir não ao estatismo, mas a formas de vida coletiva variadas. O seu pensamento político desenvolveu-se numa matriz de socialismo democrático, como o demonstram os seus livros *Le Socialisme contre l'État* (1918), *L'Alternative: capitalisme d'État ou socialisme démocratique* (1933).

O livro começa por descrever as várias formas das duas variedades de parasitismo e analogias, tratando do modo como essas variedades evoluem, culminando na questão de como a vida parasitária age sobre o próprio parasita e sobre o hospedeiro, e como este se pode defender. O parasita é definido como um ser que vive às custas de outro sem o destruir, mas também sem o recompensar. O parasita pode viver à custa do outro sugando-lhe a sua substância, a sua energia ou os seus produtos, ou os seus hábitos (parasitismo mimético, em que o parasita se confunde com o parasitado, recolhendo as vantagens inerentes). O parasitismo distingue-se do mutualismo (ou simbiose) pelo fato de a coabitação ser mutuamente vantajosa e da exploração predatória, por nesta se destruir a presa. Mas os autores reconhecem que existem gradações entre os três tipos de relação (Massart; Vandervelde, 1895, pp. 1-3, 12-13).

O parasitismo social, contrariamente ao orgânico, ocorre entre membros da mesma espécie, tipicamente havendo apropriação dos meios de subsistência. Entre os humanos, o parasitismo reproduz-se não por via hereditária, mas pelo mecanismo identificado por Gabriel Tarde: a imitação. A sua compreensão exige perceber as suas ligações ao todo da comunidade, pois “o indivíduo explora-

do pelo parasita social pode achar tal como sendo natural [...] vindo no entanto o corpo social a ser prejudicado [...] nos seus recursos” (Massart; Vandervelde, 1895, p. 21). O parasitismo econômico é um seu modo fundamental, estando ligado nas sociedades avançadas à apropriação de uma porção dos bens que foram obtidos por outros de modo natural (ou seja, a partir do seu trabalho). Este tipo de apropriação é feita por exploradores predatórios (rapina com destruição associada, com guerras), por mutualistas (que retribuem um equivalente aos que trabalharam para obter os bens, caso da divisão do trabalho no seio da comunidade em que todos saem ganhando) ou por parasitas (os indolentes proprietários que vivem de rendas, os funcionários que defendem as suas sinecuras e os soldados que degeneram em ladrões ou em inúteis, cf. Massart; Vandervelde, 1895, pp. 22-25). Os métodos empregues pelos parasitas sociais humanos são elencados; é criada uma vasta tipologia, mostrando o valor heurístico da analogia entre o mundo orgânico e o mundo social humano, dando-se muitos exemplos ilustrativos de situações de injustiças sociais, à luz de um ideal iluminista e socialista (Massart; Vandervelde, 1895, pp. 25-35).

O tópico da evolução das várias fases sucessivas das espécies parasitas, que exige aprofundados estudos anatómicos, é considerado particularmente difícil. No caso do parasitismo social, a evolução geral tem dois caminhos típicos: ou parte da predação (rapina) ou do mutualismo para chegar ao parasitismo. Por exemplo, quanto ao regime da propriedade agrícola, ele desenvolve-se para o monopólio: “é o caso nas ilhas britânicas, em que por meio de expropriações sanguíárias (cuja história foi feita por Karl Marx) grande parte da terra se concentrou nas mãos de poucas famílias” (Massart; Vandervelde, 1895, pp. 54). A evolução do sistema industrial, com a sua passagem para o “sistema fabril”, mostra também uma tendência para o agravamento do parasitismo, atingindo-se uma fase em que “os capitães da indústria delegam as suas funções nos lugar-tenentes, reduzindo a sua interferência pessoal a um mínimo. Mais um passo e atinge-se a plenitude da condição parasitária: de um lado trabalho sem propriedade, do outro lado propriedade sem trabalho” (Massart; Vandervelde, 1895, pp. 61-62). Quanto ao que vem a acontecer ao parasita pelo fato de ir sistematicamente parasitando, os autores, analisando o caso orgânico, insistem no fato de ser frequente um fenómeno de degenerescência. Quanto às consequências sobre os hospedeiros, elas são naturalmente, em geral, de enfraquecimento. O caso ibérico era de tal forma célebre entre os especialistas de economia política que os autores o dão como paradigmático, referindo-se ao excesso de ocupações não-produtivas, citando obras que referem, por exemplo, o reinado de Filipe III (1598-1621; cf. Massart; Vandervel-

de, 1895, pp. 102-103). Quanto aos expedientes para evitar-se o parasitismo, no caso da variante social, os autores exemplificam dois “meios defensivos”: “(1) a supressão dos privilégios hereditários e (2) um maior desenvolvimento do princípio da associação em todas as suas formas (onde a solidariedade entre os trabalhadores é efectiva, o parasitismo torna-se impossível)” (Massart; Vandervelde, 1895, pp. 117, 118).

Esta obra usa as mesmas armas – as analogias biológicas – que os darwinistas sociais, para as unir a críticas sociológicas e de economia política de inspiração socialista, contrariando a justificação da desigualdade com base em mecanismos hereditários. Dado que a sociologia se desenvolveu por outras veredas mais culturais, o projeto sociológico de constituir de modo sistemático uma comparação entre sociedades humanas e organismos é hoje alvo de desconfiança. No entanto, Vandervelde e Massart tiveram apoio institucional nesta via, no quadro do Institut de Sociologie patrocinado por Ernest Solvay.

O Brasil republicano em que Sérgio então se encontrava discutia a identidade nacional a partir da hierarquia das raças, da degenerescência da mestiçagem e da melhoria da raça, que poderia passar pelo branqueamento por via da imigração. O racismo científico carecia de uma intervenção intelectual crítica, que argumentasse a partir das analogias biológicas no sentido oposto. Manoel Bomfim (1868-1932) virá a ser um dos paladinos brasileiros de tal posicionamento crítico, tendo o seu percurso como cidadão e pedagogo e o seu interesse pelos intelectuais portugueses da geração de 1870, muito para cativar a atenção e a simpatia de Sérgio.

Bomfim, que nasceu no estado de Sergipe, era filho de um latifundiário e comerciante que havia começado seu percurso de vida como vaqueiro. Estudou Medicina (1886-1890) na Bahia e no Rio de Janeiro. Em 1896, foi nomeado subdiretor do *Pedagogium*, “museu” da educação nacional fundado em 1890 na cidade do Rio de Janeiro, passando a ser o seu diretor geral no ano seguinte. Em 1897, tornou-se professor da Escola Normal da República, lecionando a cadeira de Moral e Cívica, e, no ano seguinte, 1898, tornou-se diretor interino desta Escola. Em 1902, integrou uma comissão pedagógica nomeada pela prefeitura do Rio de Janeiro e, na sequência, obteve uma bolsa que lhe permitiu estudar psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas na Sorbonne. Foi em Paris que começou a escrever o seu livro *América Latina: males de origem* (1905), um libelo contra o colonialismo ibérico, o racismo e o conservadorismo das classes dirigentes na América Latina, comungando da perspectiva crítica em relação ao passado ibérico dos seus contemporâneos Francisco Bulnes e Francisco García Calderón.

Sérgio denuncia o nosso vetusto e persistente parasitismo, que se veio a exercer nas colônias, de um modo que reflete a leitura de Bomfim. No entanto, ele, que citou Sílvio Romero, João Ribeiro e Oliveira Viana, omitiu o nome de Bomfim, mas há para isso uma explicação plausível: Bomfim era considerado um radical, não frequentava o mesmo círculo daqueles e foi, inclusive, censurado por Sílvio Romero, defensor da teoria do branqueamento, a quem Sérgio devia gratidão. No livro *A América Latina (análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*, de 1906, Sílvio Romero viu na obra de Bomfim um exemplo de uma lusofobia largamente inspirada em passagens de obras do nosso Oliveira Martins. Bomfim não lhe respondeu. Uma parte da crítica era justa, pois Bomfim não distinguiu cuidadosamente as suas ideias das dos autores que citava, permitindo a acusação de falta de honestidade intelectual e de originalidade.

Depois de uma leitura atenta dos artigos “Golpes de Malho” e “O parasitismo peninsular” (Sérgio, 1913b e 1913c), os sinais de que Sérgio se inspirou em Bomfim são muito óbvios. Quando Sérgio cita a obra belga, fá-lo dando uma paráfrase da primeira referência a ela por Bomfim (cf. Bomfim, 2008 [1905], p. 64, n. 18; Massart; Vandervelde, 1895, p. 56; Sérgio, 1913c, p. 157)².

Bomfim, que é médico, tem a capacidade de dar uma “cobertura científica” à sua tese de que os “males de origem” dos países sul-americanos, patentes nos hábitos das suas elites, não resultam de um determinismo rácico, sendo constituídos historicamente por meio do parasitismo social. Ora Massart e Vandervelde mostravam que a degenerescência é uma consequência fatal do parasitismo social, daí Bomfim iniciar o livro com um exemplo biológico paradigmático – o *Chondracanthus gibbosus*, animal marinho que ao nascer não é um verme, mas nele se torna no estado adulto, quando o seu comportamento é de parasita e os seus órgãos degeneraram: “Por que razão degenerou ele? Por que se atrofiaram e desapareceram todos esses órgãos, em cuja síntese e harmonia se acusava uma organização superior? Simplesmente porque o *Chondracanthus* se fez parasita” (Bomfim, 2008 [1905], pp. 21-22).

A analogia com o parasitismo orgânico dá o mote do uso das mesmas armas que os defensores evolucionistas do racismo científico, mas Bomfim vai noutra direção – a da análise histórico-sociológica. Bomfim cita abundantemente Oliveira Martins, mas não lhe perdoa as referências à inferioridade dos negros e índios, combatendo a unanimidade que encontra entre os sociólogos que se ocupam da América Latina, para os quais: “1) os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os

brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial”, notando que:

como apoio ao primeiro dos argumentos, invoca-se a [...] a luta pela vida e a sobrevivência dos mais aptos. Oliveira Martins, sentindo a necessidade de justificar as torpezas dos colonos portugueses sobre os pobres índios e negros no Brasil, e as que se projectam (ele mesmo projectou) para o futuro, na África, escreve [...]: “As guerras com os indígenas da América e da África representam na história o que ela teria presenciado (se já houvesse história nesses tempos remotos) nas invasões da Europa pela raça branca. Nessa luta contra os aborígenes vê-se o processo pelo qual a natureza, forçando a uma selecção, foi gradualmente desenvolvendo a capacidade e o império dos seres superiores” (Bomfim, 2008 [1905], pp. 195-196).

A tese de Bomfim, que será a de Sérgio no seu debate com Cortesão, é a de que o parasitismo ibérico é de sempre, iniciou-se com a Reconquista, e que, por isso, o espírito guerreiro permaneceu como traço dominante durante a expansão e a colonização:

Qual o efeito destes onze séculos de guerra constante e generalizada sobre o carácter das nacionalidades ibéricas? De que forma esse passado vem influir sobre o futuro? Duas foram as consequências deste passado de lutas permanentes sobre os povos ibéricos [...]: a educação guerreira, exclusivamente guerreira, a cultura intensiva dos instintos belicosos de centenas de gerações sucessivas; o regime a que eles se afizeram durante esses longos séculos – de viver de saques e razias; o desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras; a impossibilidade, quase, de se habituarem ao trabalho pacífico.

Estado e classes dominantes nas colônias exercem o parasitismo:

Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não veem para trabalhar – escravizam o índio [...]. Quando ele recalitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde (Bomfim, 2008 [1905], pp. 38, 77-78).

Bomfim falará da evolução da colonização lusa desde uma fase “predatória”, exemplificada pelo período da febre do ouro, na qual se matava e saquea-

va, até a uma fase parasitária de cultivo em monocultura assente na mão-de-obra escrava (Silva; Matias, 2016, pp. 112-113). Bomfim, na linha da crítica econômica de pensadores socialistas, irá ao ponto de usar o conceito de parasitismo para “desenhar um quadro explicativo sobre a dominação e a apropriação do valor trabalho. Seja na relação entre classes, seja na relação entre países periféricos (colônias e ex-colônias) e países centrais (metrópoles e potências imperialistas)” (Aguiar, 2000 apud Silva; Matias, 2016, p. 115).

Para terminar estas considerações sobre o modo como Bomfim e Sérgio, prolongando Herculano, Antero e Martins, pensaram a nossa herança histórica, há um último elemento comum e relevante para perceber a crítica de Sérgio aos seus contemporâneos portugueses tão concentrados no passado, na saudade, no sebastianismo, etc. – o conservadorismo dominante. Esse conservadorismo, que resulta de nexos causais, obviamente influencia a leitura do passado e, portanto, a escrita da história. Em ambas as Repúblicas, as classes dirigentes, sob roupagens novas, mantinham velhos hábitos. Diz-nos Bomfim:

A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza, nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada pela caudilhagem nas mãos aventuras e assaltos políticos. As classes dirigentes, herdeiras diretas, continuadoras indefectíveis das tradições governamentais, políticas e sociais do Estado-metrópole, parecem incapazes de vencer o peso dessa herança; e tudo que o parasitismo peninsular incrustou no carácter e na inteligência dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes (Bomfim, 2005 [1905], pp. 268-269).

O conservadorismo, ingênito e inconsciente, que permaneceu dos hábitos das classes dominantes e colonizadoras, impede a perspectiva melhorista ao lhe colocar entraves. O maior desses entraves é o da manutenção do *status quo* dos privilégios estabelecidos, uma vez que há uma classe dominante cujos privilégios foram o resultado de uma mentalidade espoliadora, parasitária (cf. Bomfim, 2005 [1905], p. 122). Para o educador, a psicologia social das atuais classes dominantes republicanas é tal que mesmo quando proclamam a ideia de progresso, fazem-no em sentido retórico, “pois elas não sabem na prática relacionar o progresso com as circunstâncias, nem se adaptar a ele, quando ele se impõe e se torna necessidade” (Candido, 1990, p. 14).

Bomfim, como Sérgio, é anti-historista, no sentido que ele não vê vanta-

gem no culto expresso do passado e da tradição, sobretudo quando “ele é uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso” (Bomfim, 2005 [1905], p. 117). Como os pragmatistas William James e Dewey, Bomfim adota uma perspectiva melhorista assente numa reflexão evolucionista que valoriza uma certa interpretação do princípio da continuidade:

Conservar não pode constituir função especial, activa, de ninguém; é uma função passiva. A sociedade conserva-se, independentemente de qualquer esforço; conserva-se, pelo simples fato de que existe, por uma função inconsciente, reflexa, necessária a tudo que é. [...] A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, contínuo, integral (Bomfim, 2005 [1905], pp. 118, 119).

Bomfim, ao notar como o “conservadorismo” tende a produzir “falsificações históricas”, está na mesma atitude crítica de Sérgio ao denunciar o historicismo cultor de um passado de heróis, o qual reconstrói à sua maneira a história nacional obliterando as suas contradições e esquecendo que a sua condenação resulta de uma distinção entre o ideal (moral) e a realidade – “o ideal não é a realidade dominante, antes se forma muitas vezes por oposição à realidade dominante” (Sérgio, 1913c, p. 158) –, e que essa condenação foi sempre sendo feita por vozes críticas que se ergueram contra as Conquistas: por exemplo, Camões, Sá de Miranda, Gil Vicente, D. João de Castro, Verney, Herculano, Antero, etc. Cortesão argumentou contra Sérgio, notando que Sérgio falava de Herculano como exemplo de um comportamento moral “à antiga portuguesa”, por isso, valorizando a noção de “tradição”. Assim era, no sentido em que o esforço de dilucidação crítica do nosso passado reclamava-se de uma linhagem, mas essa linhagem era oposta à do saudosismo dos renascentistas portuenses. Por isso, Sérgio terminou o seu debate – muito profícuo para ambos, como se depreende das suas obras historiográficas futuras, que se irmanam em tantos tópicos fundamentais –, reafirmando-se contra a atitude historicista: “esse ideal de tradição depôs sempre, nos seus altos representantes, contra a orientação prevalecente, contra a realidade parasitária, contra o Portugal histórico das Conquistas. Não há, pois, razão nenhuma para que vamos pelo historicismo” (Sérgio, 1913c, p. 158).

CONCLUSÃO

António Sérgio, descendente de altas patentes da Marinha empenhadas no regime liberal, nasceu na Índia, passou parte da infância na África e corria-lhe nas veias sangue indiano. Casou-se com Luísa Sérgio, que tinha origem húngara, e viajou bastante durante os anos de formação, que terminam com a estadia do casal em Genebra para estudar Pedagogia. Ao integrar a Renascença Portuguesa, que lhe publicou as suas principais obras da década de 1910, dedicou-se a uma crítica histórica que continuava a de Herculano, Martins e Antero, mas com um renovado interesse cosmopolita e sociológico. Com a sua primeira obra sobre a filosofia de Antero de Quental, percebeu as limitações do evolucionismo pampsiquista, do finalismo teleológico como unificador do desenrolar histórico e, ao mesmo tempo, dos argumentos por analogia que propagavam um ideário de determinismo biológico ou rácico, vindo a interessar-se por tópicos de psicologia social, nomeadamente por Gabriel Tarde (leis da imitação), o que permitia perceber a reprodução dos comportamentos sem recorrer ao darwinismo social. A sua formação neo-kantiana, o seu ideal humanista baseado no primado da Razão Prática favoreceu o ponto de vista cosmopolita que se coadunava com a sua vivência prática, muito diversa da maioria dos seus companheiros portugueses.

Sérgio começou a sua obra de intérprete da história portuguesa retomando o tópico da decadência nacional, sistematizando-o sob a ideia de duas causas principais persistentes: o parasitismo e o isolamento. Nessa interpretação, há ainda algo de explicação finalista, uma vez que esses hábitos ou causas profundas traçam o caminho desde o passado longínquo até ao presente, curiosamente nos antípodas do ideal de progresso que move a modernidade. Daí o imperativo de correção dos vícios, de ressurgimento que anima Sérgio. O modo como constrói a sua argumentação é original, incorporando leituras contemporâneas, nomeadamente com atenção aos historiadores brasileiros e a argumentos sociológicos organicistas de matriz socialista. Sérgio difere dos seus companheiros “renascentistas” por julgar injustificável a defesa nacionalista da Expansão, dados os malefícios que acarretou a colonizadores e colonizados, aspecto em que relevou o parasitismo que havia servido a Manoel Bomfim como conceito nuclear para explicar os males sociais brasileiros.

Contra o historismo (nacionalista) e o saudosismo, defenderá um melhorismo que se opõe ao conservadorismo – tópico que retomará ao analisar o anquilosamento de estruturas como responsáveis por alguns dos principais

problemas dos povos, nomeadamente das guerras, nos textos “Espectros” (1916) e “Ainda os espectros” (1917), que integrará em Ensaio I (1920).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- BARCHI, Felipe Yeara. *Boemundo brasileiro*: João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2019.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1905].
- BURCKHARDT, Jacob. *Historia de la Cultura Griega*. Tomo 1. Barcelona: Editorial Iberia, 1953.
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvia Romero*. São Paulo: Edusp, 1988 [1945].
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *Estudos avançados*, v. 4, n. 8, pp. 4-18, 1990.
- CATROGA, Fernando. O Problema Político em Antero de Quental: um Confronto com Oliveira Martins. *Revista de História das Ideias*, v. 3, pp. 341-520, 1981.
- CATROGA, Fernando. História e ciências sociais em Oliveira Martins. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando (Eds.). *História da História em Portugal*: sécs. XIX-XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. pp. 117-159.
- CATROGA, Fernando. *Antero de Quental*: história socialismo, política. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A “Geografia Social” de Sílvia Romero. *Terra Brasilis* (Nova Série), v. 2, pp. 1-14, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. O parasitismo e o anti-historismo. *A Vida Portuguesa*, v. 18, pp. 137-139, 1913.
- HANSEN, Patrícia Santos. João Ribeiro, Historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 173, n. 454, pp. 183-208, 2012.
- HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Vol. 3. 3ª Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1879 [1859].
- MACEDO, Jorge Borges. Significado e evolução das polémicas de António Sérgio: a ideologia da razão (1912-1930). *Revista de História das Ideias*, v. 5, pp. 471-530, 1983.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 4ª Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1887 [1879].
- MENDES, J. Amado. A renovação da historiografia portuguesa. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando (Eds.). *História da História em Portugal*: sécs. XIX-XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. pp. 277-341.

- MASSART, Jean; VANDERVELDE, Émile. *Parasitism: Organic and Social*. London: Charles Scribner's Sons, 1895.
- MATOS, Sérgio Campos. A Renascença Portuguesa – consciência histórica e intervenção cívica. In: TEIXEIRA, António Braz et al. A “*Renascença Portuguesa*”: pensamento memória e criação. Porto: Universidade do Porto, 2017. pp. 381-398.
- PASCOAES, Teixeira de. *O espírito lusitano ou o saudosismo, conferência da “Renascença Portuguesa” realizada no Ateneu Comercial do Porto, na noite de 23 de Maio de 1912*. Porto: Renascença Portuguesa, 1912.
- PRÍNCIPE, João. *4 Novos estudos sobre António Sérgio*. Posfácio de Hermínio Martins. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil: curso superior*. 5ª Ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte, Paris, Lisboa: Francisco Alves; Aillaud, Alves e Cia, 1914.
- RIBEIRO, João. Discurso de João Ribeiro em 10 de abril de 1915. *Revista do Instituto Histórico*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo LXXVIII – (1915) parte II, pp. 617-618, 1916.
- SANTOS JÚNIOR, Valdir Donizete dos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- SÉRGIO, António. Variações do amigo Banana, amador de Estudos Históricos, sobre inquisição e humanismo. *A Vida Portuguesa*, n. 4, pp. 28-30, 1912.
- SÉRGIO, António. Carta a José Fagundes, poeta lírico, sobre o bacharel e as suas causas. *A Vida Portuguesa*, v. 12, pp. 91-94, 1913a.
- SÉRGIO, António. Golpes de malho a ferro frio. *A Vida Portuguesa*, v. 16, pp. 121-128, 1913b.
- SÉRGIO, António. O parasitismo peninsular. *A Vida Portuguesa*, v. 20, pp. 153-159, 1913c.
- SÉRGIO, António. *Historia de Portugal*. Barcelona: Editorial Labor, 1929.
- SÉRGIO, António. Da juventude de António Sérgio: algumas cartas inéditas. *Revista de História das Ideias*, v. 5, pp. 630-723, 1983.
- SÉRGIO, António. *Correspondência para Raul Proença*. Lisboa: Dom Quixote; Biblioteca Nacional, 1987.
- SÉRGIO, António. *Notas sobre Antero, Cartas de Problemática e outros textos filosóficos*. Lisboa: INCM, 2001.
- SÉRGIO, António. *Ensaio sobre educação*. Lisboa: INCM, 2008.
- SILVA, Gislania de Freitas; MATIAS, Larissy Leal. Parasitismo social: Chave analítica para a obra de Manoel Bomfim. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 12, n. 23, pp. 101-120, 2016.
- SOUSA, Maria Manuela de Almeida Pinto de. António Sérgio na intimidade: epistografia íntima – análise de um acervo íntimo. *Cem: cultura, espaço & memória*, Porto, v. 8, pp. 313-324, 2017.

NOTAS

¹ Sobre os vetores ideacionais fundamentais na formação desses autores, e de Antero de Quental e de Oliveira Martins em particular, ver Catroga (1981; 1996; 2001).

² A correta referência de Sérgio à localização da passagem do livro belga, que não é dada por Bomfim, mostra que Sérgio leu a obra, e, portanto, conhecia o seu conteúdo, acima descrito nas suas linhas gerais.

